

RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.758 - AC (2018/0092133-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -
AC003600
RAFAEL SGANZERLA DURAND - AC003594
RECORRIDO : NEUSA CRISTINA DOMINGO SOUZA
ADVOGADO : GLORIA MARIA DE CARVALHO ZANELATO E
OUTRO(S) - PR024272

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DEMORA DA CITAÇÃO. FATO ATRIBUÍDO AO CREDOR EXEQUENTE. INSINDICABILIDADE (ENUNCIADO 7/STJ). AUSÊNCIA DE INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO.

1. Não se tendo realizado a citação do executado por fato imputável ao exequente, não há falar em interrupção do prazo prescricional, que acabou por se implementar após o ajuizamento da execução. Precedentes.

2. O reconhecimento da desídia do exequente foi pautado no contexto fático-probatório, situação esta que se mostra insindicável por esta Corte Superior. Incidência da Súmula 7 do STJ.

3. RECURSO ESPECIAL EM PARTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S/A com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão da seguinte forma ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. CITAÇÃO INOCORRENTE. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. CONSUMAÇÃO. CAUSA DE INTERRUPTÃO AFASTADA. INÉRCIA POR CULPA DO JUDICIÁRIO INDEMONSTRADA. RECUSO DESPROVIDO.

1. No caso, consumou-se a prescrição pela ausência de causa suspensiva de sua contagem, ou seja, a citação válida dos devedores, consoante previsão do art. 240, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 (equivalente ao art. 219, do CPC/1973), combinado com o art. 202, inciso I, do CC/2002. Despachada a petição inicial, o credor providenciará as diligências necessárias à

citação dos devedores. Do contrário, a prescrição não será interrompida, o que culminará no perecimento da pretensão executiva.

2. A pretensão executiva da Apelante foi declarada prescrita pela primeira instância, uma vez que, seja com base no art. 206, § 3º, inciso VIII, do CC/2002, seja com arrimo no art. 70, do Decreto n. 57.663/1966, o credor tem o prazo de 03 (três) anos para buscar a satisfação de crédito fundado em cédula de crédito bancário.

3. Destarte, ao considerar que, em 13.09.2012, houve o despacho que determinou a citação dos devedores, a pretensão executiva prescreveu em 06.03.2015, haja vista que a causa de interrupção não se consumou pela ausência de providências da instituição credora para providenciar a citação.

4. Incomprovada a alegação de inércia do Exequente por culpa do judiciário. Precedentes deste colegiado.

5. Apelo desprovido.

Nas razões do especial, apontou a violação dos arts. 240, e parágrafos, do CPC, 202 e 397 do Código Civil, afirmando inadmissível o reconhecimento da prescrição, tendo cumprido com o determinado no § 2º do art. 240, pois, recolhera todas as custas para o cumprimento da decisão que determinou a citação. Disse ter promovido os atos necessários para viabilizar a citação e os recessos, feriados, etc. não poderiam prejudicá-lo. Aduziu que o termo inicial da prescrição ocorrera quando o recorrido não mais amortizou o débito, vencendo antecipadamente a dívida em 15/07/2011. Finalizou dizendo da aplicação do enunciado 106/STJ e pediu o provimento do recurso.

Não houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

O juízo de primeiro grau extinguiu o feito executivo tendo em vista a prescrição da pretensão executiva.

Reconheceu que o vencimento da cédula rural ocorrera em 15/10/2009 e o ajuizamento da execução por título extrajudicial em 11/09/2012, porém sem citação válida do réu até a data em que sentenciado.

O Tribunal de origem, com base no contexto fático-probatório, concluiu que a devedora não fora citada no prazo legal por incúria do exequente, que somente veio a postular a citação por edital após o implemento do prazo prescricional.

A conclusão, antecipo, não pode ser sindicada por esta Corte Superior, pois afeita, apenas, à prova dos fatos verificados na ação, fazendo atraído o enunciado 7/STJ.

Esta Corte Superior tem por assente que não efetuada a citação do executado no prazo legalmente estabelecido, verificada a desídia do exequente, não se terá por interrompida a prescrição.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO DIREITO INTERTEMPORAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. AÇÃO DE EXECUÇÃO. NOTAS PROMISSÓRIAS. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. CITAÇÃO REALIZADA APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DO ART. 219, §§ 2º E 4º, DO CPC/1973. ERRO NO ENDEREÇO DO RÉU. FATO IMPUTÁVEL AO AUTOR. RETROAÇÃO DA INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO OPERADA PELO ATO CITATÓRIO À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. TESE RECURSAL DE INCIDÊNCIA DA SÚMULA 106/STJ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

2. (...)

3. Nos termos dos arts. 70 e 77 da Lei Uniforme de Genebra (Decreto 57.663/66), o prazo prescricional aplicável à nota promissória é de três anos. 4. Os §§ 2º e 4º do art. 219 do CPC/1973 estabelecem que a parte interessada deve promover a citação em até 10 dias do despacho que a ordena, condicionando sua validade ao aperfeiçoamento do ato citatório em até 90 dias, contados do 11º dia após proferida a ordem de citação.

5. A par disso, a jurisprudência do Superior Tribunal de

Justiça firmou o entendimento de que: "Nos termos do art. 219, § 4º, do CPC, 'não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição', a qual somente se interrompe, com efeitos retroativos à data da propositura da ação, quando verificada que sua demora se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, nos termos da Súmula 106/STJ" (AgRg no AREsp 377.437/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe de 06/05/2015).

6. In casu, a Corte de origem, com base no exame do suporte fático-probatório dos autos, consignou que, embora a ação tenha sido ajuizada dentro do prazo prescricional, em 08/06/1996, sob a égide do Código Civil de 1916, segundo o qual a prescrição só se interrompia com a citação pessoal do devedor (art. 175, I, do CC/16), o ato citatório só se efetivou em 2004, isto é, após já escoado o prazo prescricional trienal, que se findou em 2002 e 2003.

Salientou, ainda, que o mandado citatório não pôde ser cumprido por inexatidão do endereço do réu, razão pela qual o efeito interruptivo da prescrição não retroage à data da propositura da demanda, já que a frustração do ato citatório não pode ser atribuída aos embaraços cartorários.

7. É mister reconhecer que o entendimento esposado no v. acórdão recorrido está em consonância com a iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assente no sentido de que "...a citação interrompe a prescrição, mas a retroação da interrupção à data da propositura da ação somente ocorre quando o ato citatório for tempestivamente promovido pela parte autora, a qual não é prejudicada pela demora imputável ao Poder Judiciário (Súmula 106/STJ). Caso concreto no qual o Tribunal de origem reconheceu a negligência da parte em promover o ato citatório, motivo da prescrição da ação" (AgInt no AREsp 1.219.943/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe de 1º/06/2018).

8. A modificação do entendimento do eg. Tribunal de origem, de que o mandado citatório não pôde ser cumprido, de forma tempestiva, por culpa da própria agravada, que não soube informar o endereço correto do réu, o que afasta a retroação do efeito interruptivo da prescrição à data do ajuizamento da ação, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Precedentes. 9. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 171.157/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 4/9/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DEMORA DA CITAÇÃO. FATO IMPUTÁVEL AO EXEQUENTE. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. INOCORRENTE. SÚMULA 106 DO STJ. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de citação do executado decorreu de fato imputável ao exequente, não havendo interrupção de prazo prescricional. A reforma do julgado demanda a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos. Incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 977.170/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 9/12/2016)

A situação dos autos, destaco, é diferente daquela em que, com uma atuação firme da parte para que os atos processuais sejam realizados, aí incluindo-se a citação por edital do executado, por força da demora do órgão judiciário a citação não é realizada dentro do prazo legal.

Pelo contrário, o acórdão reconheceu que o credor deixara de diligenciar pela realização da citação por edital do executado anos após o ajuizamento da execução, e a ele incumbia postular a sua realização, acabando por implementar-se o prazo prescricional que não fora interrompido pela determinação de citação inicialmente realizada.

Não houve, por fim, qualquer prequestionamento acerca da existência de outros fatos interruptivos que pudessem fazer alterada a conclusão havida no acórdão.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e lhe nego provimento.

Ausente a condenação ao pagamento de honorários de advogado na origem, não há espaço para a aplicação do art. 85, §11, do CPC.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator